

O desafio da Armada republicana na República Democrática do Congo

TSHIYEMBE, Mwayila. *O desafio da Armada republicana na República Democrática do Congo*. Luanda; Ramada: Edições Mulemba; Edições Pedagogo, 2016.

Ermelinda Liberato*

De forma organizada e coerente, numa linguagem acessível, que torna a leitura bastante fluída, Mwayila Tshiyembe traz a público mais um trabalho sério e cuidado, resultado das investigações que tem desenvolvido sobre África numa perspetiva macro, e sobre a República Democrática do Congo (RDC) nas suas diferentes dimensões, numa perspetiva meso, tendo como fim único, e numa perspetiva micro, a construção do conhecimento sobre a geopolítica do continente e, sobretudo, das questões congolezas, o que confirma a sua posição de especialista em geopolítica africana.

Na presente obra, Mwayila Tshiyembe propõe-se assim analisar o desafio da constituição de uma Armada republicana na RDC, um dos pressupostos emanados na sequência do diálogo intercongolês, acordo assinado em Sun City, África do Sul, em 2002, que visava o término do conflito interno, tendo como fim único a reunificação da RDC, a instauração de um governo de transição e a constituição de um Estado democrático e de direito. E é nesta senda que se insere a constituição de uma Armada republicana, cujo principal desafio passa sobretudo em integrar as milícias Armadas de diferentes fações num único exército republicano, que serviria uma república democrática de vários povos e não somente um homem ou determinado grupo étnico.

O autor inicia a obra com uma breve caracterização sobre a atual situação do país, referindo os principais acontecimentos e momentos que o conduziram a essa condição, de país “sem Estado, sem exército e em perpétua transição” (p. 13), recorrendo, sempre que possível, a momentos-chave, quer no período colonial com a criação do Estado Independente do Congo como propriedade privada de Léopold II, quer no período pós-independência, com a tomada do poder por parte de Mobutu Sese Seko, que o transformou depois em República do Zaire, assim como o eterno período de transição que o país tem vivido desde a queda daquele ditador

* Ermelinda Liberato é doutora em estudos africanos no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e Empresa – Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL); Professora auxiliar da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Agostinho Neto (FCS-UAN), Luanda, Angola. Orcid n. 0000-0002-9857-4269. <ermelinda.liberato@gmail.com>.

e os diversos conflitos em que tem mergulhado em virtude da luta pela tomada do poder.

Esse passado de exploração, medo, instabilidade e de conflitos, quer internos quer externos, fez com que, na opinião do autor, o país não conhecesse nem república, nem democracia, sendo por isso um embuste atribuir-lhe estas designações. Condição que tornou igualmente inviável a criação de uma Armada republicana congolês uma vez que “não pode existir um exército republicano onde não existe nem república, nem democracia” (p. 15). E é em função dessa fragilidade e desse passado conturbado que o autor tenta defender, na presente obra, a necessidade urgente de criação e edificação de uma Armada republicana, assente nos pressupostos de defesa de um Estado republicano a serviço dos vários povos, sem distinção étnica, religiosa e cultural, missão complexa, não só devido ao peso desse mesmo passado histórico e às dificuldades financeiras, mas, sobretudo, aos vazios e lacunas existentes no projeto de Constituição da República, aprovado em 2005, que podem inviabilizar esse processo.

Assim, e de modo a tornar mais coerente a análise dos dados apresentados, o autor divide a obra em duas partes distintas, nomeadamente,

1. não existe uma Armada republicana sem refundação da república, onde o autor explica porque defende uma refundação dos pactos republicano, democrático e constitucional;
2. o campo de fundação de uma Armada republicana, onde o autor apresenta os pressupostos que devem estar na base de fundação da Armada republicana.

No cômputo geral, o autor alerta para a necessidade de revisão e alteração do projeto constitucional, de modo a salvaguardar os interesses do povo congolês evitando, deste modo, o abuso do poder por parte daqueles que estiverem à frente dos desígnios da nação, ou seja, os governantes.

É precisamente a análise do projeto de Constituição da República que serve de ponto de partida para o autor demonstrar a necessidade de reestruturação do mesmo, defendendo para o efeito à:

- a.* refundação do pacto republicano;
- b.* refundação do pacto democrático; e
- c.* refundação do pacto constitucional.

Para Tshiyembe, apesar de o pacto democrático visar à criação de uma “nova ordem política” (p. 19), este assenta num vazio intelectual e político, levando o mesmo a defender a necessidade de se “reinventar a república” (p. 20), assente nos princípios de “unidade na diversidade, igualdade das etnias e dos cidadãos, dupla representatividade das etnias e dos cidadãos, humanismo patriótico enquanto ideologia do Estado” (p. 24), bem como a construção de uma democracia de proximidade, tarefa dificultada dado o poder congolês estar assente na “incompetência e irresponsabilidade” (p. 44), nos “abusos de bens sociais, desvio de dinheiros públicos, corrupção, concussão etc.” (p. 41), ou seja, um Estado predador e neopatrimonialista na sua essência.

Esses constrangimentos têm igualmente reflexos na constituição e funcionamento de uma Armada republicana. Tshiyembe inicia a segunda parte da obra por fazer uma contextualização histórica sobre aquilo que pode ser considerado como a fundação da Armada republicana congoleza, primeiro, com a criação da Força Pública por Leopoldo II da Bélgica, ainda no período colonial, “uma Armada de opressão e de exploração” (p. 53) que visava sobretudo proteger uma economia de exploração, defendendo os interesses do capital colonial. Num segundo momento, já no período pós-colônia, com o marechal Mobutu, que a aprisionou e a controlou em seu benefício, transformando-a num “instrumento pessoal de luta pela conquista do poder de Estado” (p. 55), tendo assente o seu funcionamento, desde o recrutamento ao topo, na base da trapaça, sem qualquer respeito pela ética das Armadas, predominando o clientelismo, o militarismo, a etnicidade, o tráfico de influências, a corrupção, em detrimento do mérito, da antiguidade e da capacitação, decapitando-a e reduzindo-a em cinzas.

Laurent-Désiré Kabila, sucessor de Mobutu, também não foi bem-sucedido nessa empreitada pois caiu no mesmo erro que o seu antecessor ao tentar criar um exército tribal, acabando por ser assassinado por estes mesmos homens. Daí que o autor defenda que se deva refundar a Armada de modo a que ela esteja em conformidade com o novo pacto democrático, ou seja, que sirva os vários povos que habitam no espaço geográfico que constitui a RDC (mais de 200 grupos étnico-linguísticos), e não somente um homem, ou seja, que sirva à república. Para o efeito, o principal desafio consiste assim em “operar uma rutura radical com o modelo do Estado-nação importado do Ocidente e o nacionalismo de pacotilha das Forças Armadas Zairenses” (p. 65).

O autor apresenta ainda quais devem ser as missões (defesa, segurança ou manutenção da ordem enquanto força supletiva da Polícia Nacional), as suas funções (integração numa república multiétnica), doutrina, “lugar de excelência onde reinam a competência, a dedicação e a responsabilidade dos homens e das mulheres” (p. 71), recursos (o Estado, ou seja, os congolezes), política de defesa (prevenção,

proteção do território nacional, projeção das forças) entre outros atributos, da Armada republicana a ser criada, assentes no lealismo, ou seja, leal aos princípios democráticos e aos valores republicanos do país, na neutralidade, sem afiliação e defesa de nenhuma força política, e no dever de reserva, ou seja, serviço público de segurança e de defesa.

O autor faz ainda uma breve referência à geopolítica regional, lembrando os três princípios orientadores da política externa adotados por Mobutu, nomeadamente:

- a. neutralismo político, que se esvaziou em sua substância;
- b. recurso à autenticidade, onde se verificou o “triunfo dos antivalores” (p. 86); e
- c. a vocação africana do Zaire como pilar para a estabilidade da região.

Dada a sua importância geoestratégica e política no continente, a “constituição de uma Armada republicana representa um fator da paz civil e da paz regional, porque reconcilia a RDC com a sua nova geopolítica interna e regional” (p. 87). No entanto, sem que haja “refundação da república, da democracia e do exército” (p. 91) será ilusório pensar numa paz durável neste país, assente na dignidade humana e na defesa dos direitos do homem e do cidadão.

De salientar ainda a atualidade da obra que, publicada em francês em 2005, daí o autor se referir ao longo da mesma por projeto de Constituição da República (aprovada em 2006), os pressupostos analisados e o debate continuarem, mais do que nunca, em cima da mesa, dada a continuidade dos conflitos étnicos que, entre as inúmeras consequências, tem resultado no afluxo elevado de refugiados congolese para os países vizinhos, com destaque para a fronteira leste de Angola.

No cômputo geral, a obra apresenta uma crítica bem fundamentada, daí a sua importância para qualquer ramo do saber. Destinada não só a académicos e especialistas, mas a todos os interessados em questões africanas, a obra tem agora a vantagem de estar disponível em língua portuguesa, tornando-a acessível a um público mais alargado. De louvar a iniciativa da Faculdade de Ciências Sociais (FCS) da Universidade Agostinho Neto (UAN) o investimento que tem feito na tradução de obras de referência de autores africanos e africanistas que nos ajudam a compreender e a analisar a atual situação e posição do continente. Esperemos que esta tenha continuidade nos anos que se seguem.

